

RBEMF

REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA MONETÁRIA E FINANCEIRA

Número Especial – O “Tarifaço” de Trump | 2025

ISSN 3085-7643

Estimativas preliminares do impacto das
tarifas recíprocas sobre alíquota efetiva e
preços de importações nos EUA

Thiago Aragão Campos



Estimativas preliminares do impacto das tarifas recíprocas sobre alíquota efetiva e preços de importações nos EUA

Thiago Aragão Campos

Mestrando na EPGE/FGV

E-mail: thiagocampos@gmail.com

Resumo

O segundo mandato do presidente Donald Trump vem sendo marcado pelo anúncio de uma série de medidas econômicas, com ênfase na política comercial. Em especial, os anúncios realizados desde o dia 02 de abril de 2025, chamado por Trump e aliados de “*Liberation Day*”, geraram grande incerteza na economia e no mercado financeiro global. O objetivo deste estudo é apresentar estimativas preliminares dos efeitos desses anúncios sobre a alíquota efetiva média das importações americanas e os preços de bens importados com base nas informações disponíveis até o final de abril.

Palavras-chave: *Barreiras Alfandegárias, Comércio Internacional, Estados Unidos.*

Abstract

The second term of President Donald Trump has been marked by the announcement of a series of economic measures, with a strong emphasis on trade policy. In particular, the announcements made since April 2, 2025, referred to by Trump and his allies as “*Liberation Day*”, have generated significant uncertainty in the global economy and financial markets. The aim of this study is to present preliminary estimates of the effects of these announcements on the average effective tariff rate on U.S. imports and on the prices of imported goods based on information available as of the end of april.

Keywords: *Tariff Barriers, International Trade, United States.*

Introdução

Até o século XVIII, o comércio internacional era concebido como uma competição por recursos (notadamente metais preciosos), seguindo os princípios do mercantilismo. Por esta razão, as políticas econômicas implementadas pelos estados nacionais eram altamente protecionistas, incluindo elevadas tarifas sobre bens importados, subsídios à manufatura e exportação, além de leis que favoreciam a formação e manutenção de monopólios.

As origens do pensamento econômico moderno sobre o comércio internacional surgem apenas no final do século, a partir dos estudos de Adam Smith (1776), que defendia a especialização e a produtividade como as verdadeiras fontes de riqueza das nações. Nos anos seguintes, David Ricardo (1817) formalizou essas ideias por meio da teoria das vantagens comparativas, que mostrou como o livre-comércio permite ganhos de produtividade ao direcionar os recursos produtivos de cada país para as atividades em que são mais eficientes.

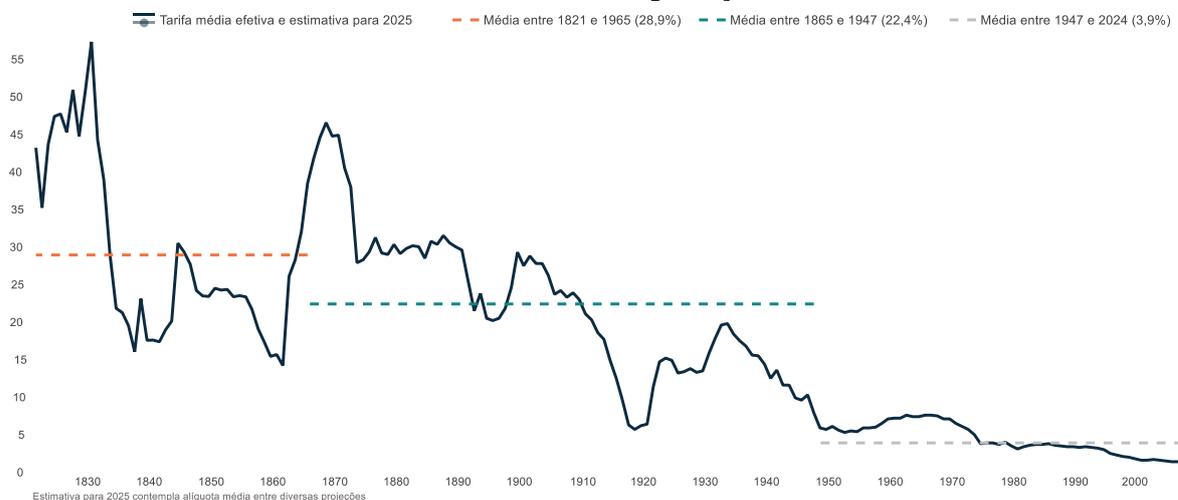
Apesar do avanço da teoria econômica, o uso disseminado de barreiras comerciais permaneceu presente ao longo dos anos. Foi apenas após o fracasso do Smoot-Hawley Tariff Act – que impôs tarifas sobre mais de 20 mil bens, elevando a alíquota efetiva das tarifas sobre importações de 13,5% para 20% (reconhecido como um agravante da Grande Depressão) – que os efeitos negativos desse tipo de medida ficaram evidentes.

Após a Segunda Guerra Mundial, os EUA emergiram como a principal liderança entre as democracias capitalistas em um mundo devastado, alterando radicalmente as diretrizes da política externa. O foco passa a ser a cooperação internacional como um meio de promover a estabilidade econômica e a paz entre as nações. Para tanto, foram firmados pactos, como o sistema de Bretton Woods (1944) e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (1947).

Embora medidas protecionistas continuassem a existir, o foco se voltou para políticas não alfandegárias (como cotas, subsídios e sanções comerciais), salvo casos específicos. O período também foi marcado pelo surgimento de acordos comerciais regionais, como o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA, 1994), a União Europeia (1993) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul, 1991).

Todavia, a retomada das políticas protecionistas sinalizada pelo governo Trump nos Estados Unidos parece sugerir uma mudança nas diretrizes da política externa americana. Particularmente, os anúncios realizados no dia 02 de abril (referido como “Liberation Day” pelo presidente Donald Trump) podem contribuir para elevar a alíquota efetiva sobre as importações americanas para o maior patamar em mais de 100 anos.

Gráfico 1. Tarifa efetiva média sobre as importações dos Estados Unidos



Fonte: Elaboração própria com dados da Tax Foundation

Breve revisão da literatura sobre o comércio internacional e barreiras alfandegárias

A corrente dominante no pensamento econômico moderno defende que o livre-comércio tende a ser benéfico para todos os países envolvidos, especialmente os menos produtivos, ao permitir que cada nação possa (i) focar na produção daquilo que faz relativamente bem — ou seja, em que possui vantagens comparativas — e (ii) obter ganhos de escala ao ampliar a produção em determinadas atividades. Ao concentrar seus recursos nas áreas mais eficientes, cada país consegue produzir mais valor do que se tentasse fabricar internamente tudo o que consome, utilizando esse excedente para financiar a importação de bens (geralmente mais baratos) no mercado internacional, o que tende a ampliar o bem-estar global e o desempenho individual de cada economia.

Contudo, a hipótese de que o comércio beneficia ambos os países envolvidos na negociação não significam que todos os indivíduos se beneficiam. Pelo contrário, a liberalização comercial quase sempre gera vencedores e perdedores, deslocando renda de setores menos competitivos para os mais eficientes. Os efeitos adversos sobre a distribuição de renda tendem a se concentrar preponderantemente sobre os fatores de produção com menor mobilidade (que têm dificuldade em migrar dos setores perdedores para os vencedores), incluindo detentores de capital e uma parcela da força de trabalho. Além disso, alterações na matriz produtiva também podem afetar a demanda por insumos em outros setores, gerando efeitos em cadeia.

Apesar dos efeitos adversos, a maioria dos trabalhos científicos se mostra favorável à abertura comercial na maior parte dos casos, como uma alternativa com mais benefícios do que malefícios. Em grande parte, porque os ganhos agregados costumam ser suficientes para compensar os eventuais custos da implementação de medidas de suporte às pessoas prejudicadas pelo comércio, como seguro-desemprego e programas subsidiados de requalificação e realocação.

Vale mencionar que esse tipo de efeito adverso não é algo inerente apenas ao comércio internacional. Fatores como avanço tecnológico, mudanças de padrão de consumo e esgotamento de recursos também podem provocar efeitos semelhantes.

Em contrapartida, as tarifas sobre importações são a forma mais antiga de política comercial e foram utilizadas historicamente como uma forma de proteger produtores domésticos e ampliar a receita governamental (embora atualmente a parcela da receita tributária associada a tarifas seja pouco relevante diante do todo). Esse tipo de medida tende a reduzir a diferença entre os preços de equilíbrio nos mercados interno e externo, elevando os preços no mercado doméstico enquanto reduz os preços no mercado global, mas esses efeitos dependem de uma série de premissas e geram grande incerteza ex-ante.

Gráfico 2. Percentual da receita do governo dos Estados Unidos associada a tarifas



Fonte: Elaboração própria com dados do U.S. Bureau of Economic Analysis

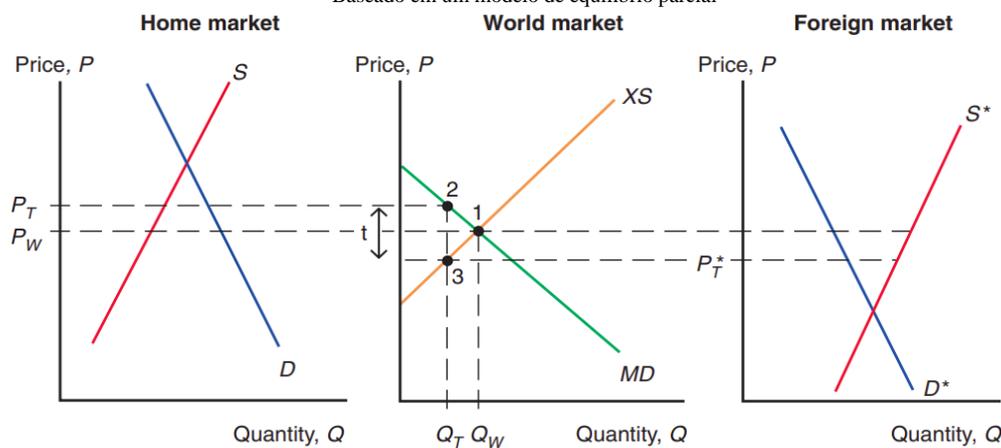
Do ponto de vista do país que impõe a tarifa, a alta dos preços favorece os produtores locais, mas ocorre às custas do bem-estar dos consumidores, que passam a pagar mais caro pelos produtos. Ao mesmo tempo, a taxaço sobre as importações gera um aumento na arrecadação de impostos, beneficiando financeiramente o governo.

Já sob a ótica dos exportadores, a tarifa funciona de maneira semelhante a um aumento no custo de transporte: ao encarecer o acesso ao mercado do país taxador, tende a reduzir a demanda pelos seus produtos. Esse efeito é mais significativo quando o país que impõe as tarifas tem uma participação relevante no comércio global.

Como consequência, a queda da demanda pode forçar os exportadores a reduzirem seus preços (denominados em dólares) no mercado internacional. Nesse caso, parte do prejuízo inicialmente sofrido pelos consumidores do país que aplicou a tarifa poderia ser compensado pela redução dos preços globais – que, por sua vez, diminui a receita dos exportadores.

Gráfico 3. Representação dos efeitos de tarifas sobre os mercados interno e externo

Baseado em um modelo de equilíbrio parcial



Fonte: International Economics Theory & Policy (2012)

Além dos efeitos diretos mencionados, esse tipo de medida também pode levar a uma série de externalidades negativas, como retaliações de parceiros comerciais (por meio da imposição de novas tarifas, por exemplo), formação de lobbies (que podem transformar políticas temporárias em permanentes) e a criação de distorções aloativas (usualmente empregadas pelos agentes como formas de minimizar o impacto das taxaço).

Vale ressaltar que a taxaço indiscriminada de bens importados pode afetar, além dos preços de bens finais consumidos em um país, também os insumos utilizados na produção interna. Esse ponto pode ser especialmente adverso para economias intensivas em produtos de maior valor agregado, tipicamente associados às etapas finais das cadeias produtivas. Nesse caso, a alta dos preços de insumos pode – supondo algum grau de repasse de custos – elevar os preços dos bens exportados pelo país, piorando sua competitividade no mercado internacional e, portanto, reduzindo potencialmente suas exportações.

Diante de tudo, a academia tende a defender o uso desse tipo de política em situações específicas e, usualmente de forma temporária, como forma de combater políticas de competição desleal adotadas por outras nações ou para lidar com fatores de natureza menos “econômica”, como segurança e soberania nacional, por exemplo.

Estimativas preliminares dos efeitos das tarifas anunciadas desde 02 de abril de 2025

Alegando que os persistentes déficits comerciais bilaterais dos Estados Unidos seriam resultado de “uma combinação de fatores tarifários e não tarifários que impedem o equilíbrio do comércio”, o presidente norte-americano recorreu à Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional de 1977 (IEEPA) para impor (i) uma tarifa mínima de 10% sobre todas as importações e (ii) “tarifas recíprocas” mais elevadas aos países com os quais os Estados Unidos mantêm os maiores déficits comerciais, excluindo produtos – em geral associados à outras medidas tarifárias – como artigos sujeitos à Seção 50 USC 1702(b); aço/alumínio e automóveis/peças de automóveis (sujeitos à Seção 232); artigos de cobre, produtos farmacêuticos, semicondutores, madeira serrada, metais preciosos, energia e outros minerais específicos indisponíveis nos EUA, além de quaisquer outros artigos que possam vir a ser incluídos em futuras tarifas sob a Seção 232.

Segundo documentos apresentados posteriormente pelo Office of the United States Trade Representative (USTR), as alíquotas individualizadas foram estimadas para reduzir pela metade os déficits bilaterais dos EUA com cada um dos seus parceiros comerciais, conforme a equação apresentada abaixo:

$$\Delta\tau_i = \frac{x_i - m_i}{\varepsilon * \varphi * m_i}$$

A equação descreve que a variação de alíquota tarifária ($\Delta\tau$) necessário para equilibrar as balanças comerciais bilaterais seria dado pela razão entre as exportações líquidas ($x - m$) e o total de importações dos EUA provenientes de cada país (m), considerando as elasticidades das importações em relação aos preços ($\varepsilon = 4$) e o repasse da alíquota tarifária para os preços dos bens importados ($\varphi = 0,25$). Chama atenção que o resultado líquido dessas duas estimativas exerça efeito neutro na equação ($4 \times 0,25 = 1$), levando o resultado a refletir apenas o déficit bilateral como proporção das importações de cada país.

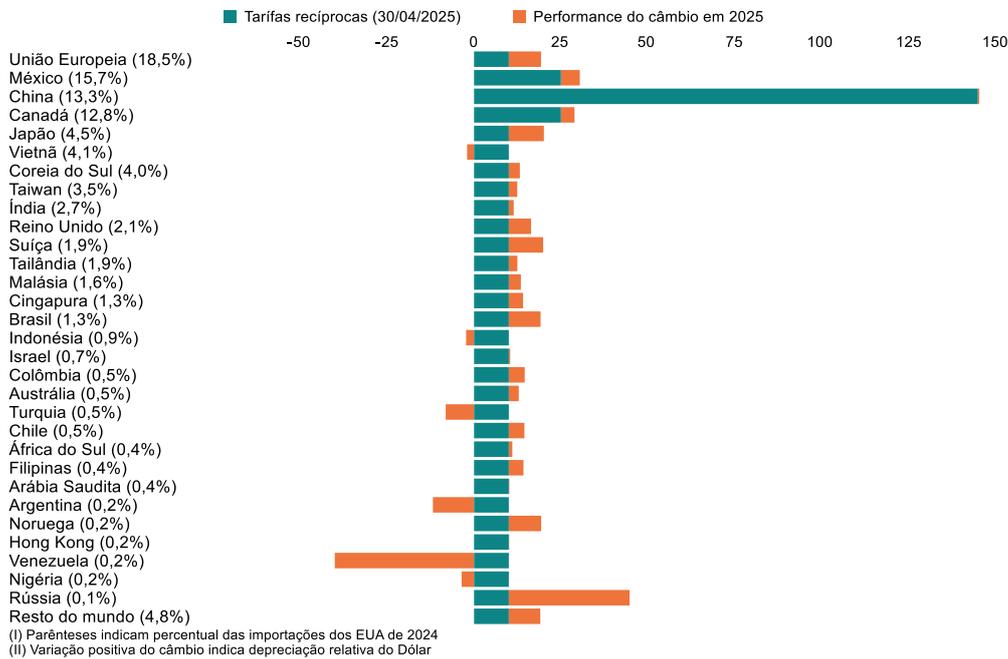
Se assumirmos a estabilidade na composição dos parceiros comerciais no total de importações dos EUA (com base nos dados de 2024 disponibilizados pelo U.S. Bureau of Economic Analysis), o impacto estimado sobre a tarifa efetiva após o anúncio do dia 02 de abril seria de aproximadamente 24,8 pontos percentuais, desconsiderando exclusões. Essa estimativa, no entanto, pode variar a depender da elasticidade da demanda dos consumidores americanos em relação à variação dos preços dos bens importados, que deve a reduzir a participação dos exportadores atingidos pelas maiores alíquotas no total das importações americanas.

A China é o exemplo mais emblemático: sua tarifa subiu dos 34% anunciados no dia 2 para 145%, após responder com medidas retaliatórias. Já para os demais países, as tarifas acima de 10% foram temporariamente suspensas (com exceção de México e Canadá, cujas alíquotas foram definidas em 25% anteriormente, embora sujeitas a diversas exclusões relacionadas ao USMCA), sob o pretexto de “avanços nas negociações” — curiosamente, em meio a forte deterioração do mercado financeiro.

Se mantida a hipótese de estabilidade das importações para o cenário atual, o impacto sobre a tarifa média subiria para cerca de 32,3%. No entanto, é consenso que as alíquotas impostas pelos dois países tornam praticamente inviável qualquer relação comercial direta entre EUA e China, o que levaria a uma elevação bem mais moderada da taxa. Mesmo assim, a substituição das importações chinesas, seja por produção interna ou por importações de outros países, ainda resultaria em alguma pressão inflacionária.

Além disso, a pressão sobre os preços de bens importados pode ser ainda maior considerando o comportamento recente do Dólar, que – contrariando as hipóteses dos modelos tradicionais – registrou depreciação expressiva desde o anúncio das novas tarifas.

Gráfico 4. Proxy para o impacto nos preços de bens importados nos EUA

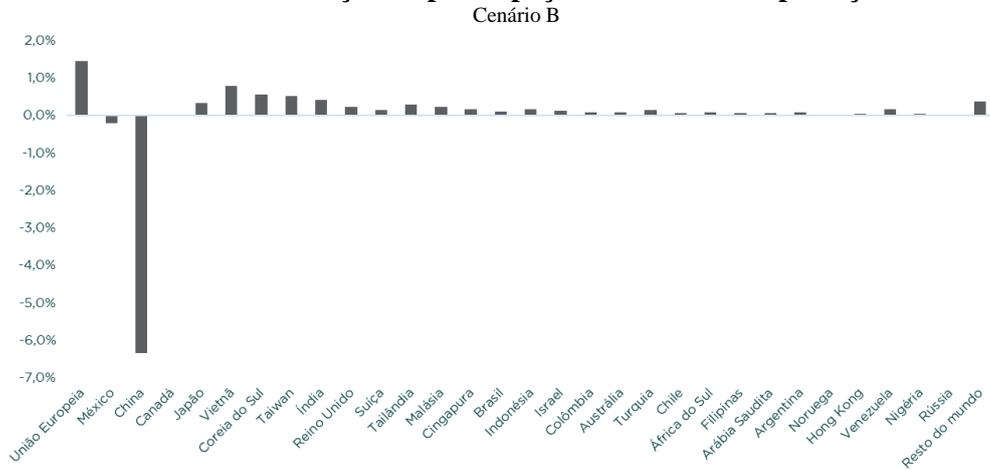


Fonte: Elaboração própria com dados de Bloomberg, The White House e U.S. Bureau of Economic Analysis

Quaisquer sejam as razões por trás do movimento, o impacto prático é claro: as importações ficam ainda mais caras, pressionando a inflação e reduzindo o poder de compra dos consumidores, o que por sua vez também amplia os riscos para o crescimento econômico.

Com base na equação apresentada pela USTR, considerando o efeito linear de uma elasticidade única para todas os parceiros comerciais dos EUA, podemos estimar de o impacto das variações de preços relativos (considerando as alíquotas tarifárias aplicadas a cada país e a variação das taxas de câmbio acumuladas desde o início do ano) sobre a composição das importações americanas observadas em 2024. Nesse modelo, as tarifas vigentes atualmente (cenário B) levariam a uma queda relativa amplamente concentrada na China, conforme apresentado no gráfico abaixo, embora em termos nominais, todas as importações caíam significativamente.

Gráfico 5. Variação na participação relativa das importações



Fonte: Elaboração própria com dados de Bloomberg, The White House e U.S. Bureau of Economic Analysis

Embora não retrate diversas variáveis, como a deterioração das relações internacionais, dinâmicas setoriais e efeitos sobre o equilíbrio geral de cada país, o exercício permite estimar de forma simplificada os impactos diretos de determinados cenários para a alíquota média efetiva e os preços de bens importados nos EUA, considerando a variação das participações relativas.

Tabela 1. Estimativas dos impactos diretos sobre alíquota efetiva e preços importados

Considerando efeitos das tarifas e do câmbio sobre preços e participação relativa nas importações

Cenários	Alíquota efetiva com importações estáveis (2024)	Alíquota efetiva	Preços importados
Cenário a - Anúncio inicial Alíquotas anunciadas no dia 02 de abril	24,8%	24,3%	29,1%
Cenário b - Cenário atual 145% China/25% México e Canadá/10% resto do mundo	32,3%	23,7%	28,6%
Cenário c - Cenário atual pós-suspensão temporária Anúncio inicial e retaliação integral contra China (145%)	39,6%	32,0%	37,0%
Cenário d - Com moderação 60% China/25% México e Canadá/10% resto do mundo	20,9%	19,2%	24,0%
Cenário e - Interrupção das negociações com China 25% México e Canadá/10% resto do mundo	-	14,5%	19,8%

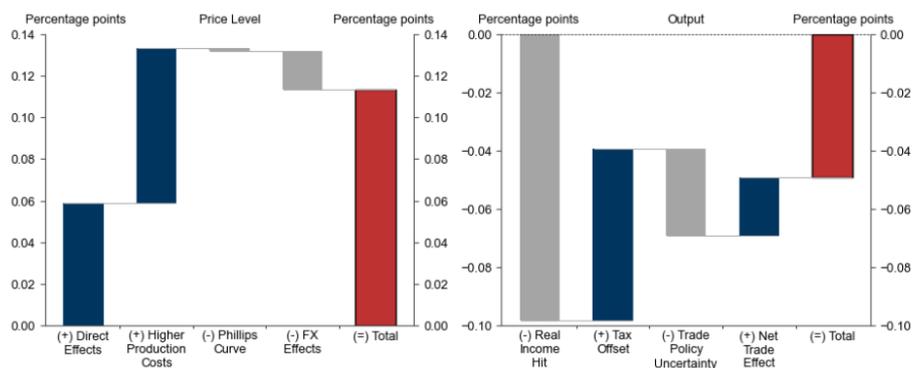
* O exercício ignora os itens excluídos da taxação através de medidas setoriais e do USMCA

Fonte: Elaboração própria com dados de Bloomberg, The White House e U.S. Bureau of Economic Analysis

Nossas estimativas para a alíquota efetiva variam entre 14,5% e 32% considerando os ajustes na participação relativa dos parceiros comerciais ajustada pela variação dos preços relativos, enquanto na estimativa com participação estável, o aumento da alíquota fica entre 12,9% e 39,6%, evidenciando a importância das mudanças de composição sobre os resultados. Considerando o efeito conjunto da alíquota e da variação cambial observada desde o início do ano, obtemos estimativas entre 19,8% e 37% sobre os preços de bens importados nos Estados Unidos, supondo que os preços dos exportadores se mantenham estáveis em suas respectivas moedas.

Por fim, embora o objetivo deste estudo se limite a oferecer uma estimativa para o choque das tarifas recíprocas sobre a alíquota efetiva e os preços de bens importados, parece conveniente retomar os resultados apresentados em um estudo publicado no final do ano passado pelo banco Goldman Sachs (Briggs/Phillips/Ramos, 2024), que sugere que cada 1 ponto percentual de elevação da tarifa efetiva corresponde a cerca de 0,1% no núcleo da inflação americana e 0,05% no crescimento PIB, assumindo uma série de hipóteses, como retaliação integral pelas demais partes e ajuste cambial (que até o momento não se materializou).

Gráfico 6. Efeito da alta de 1 p.p. na alíquota efetiva sobre inflação e crescimento



Fonte: Goldman Sachs

Se mantivermos as hipóteses assumidas no estudo, os choques nos preços importados poderiam levar a um impacto entre 1,5% e 3,2% no núcleo da inflação e algo entre 0,8% e 1,6% sobre o crescimento dos Estados Unidos aproximadamente. Se além disso, consideramos o efeito inesperado do câmbio, os efeitos das medidas podem ser ainda mais adversos para o país.

Referências

MELITZ, Marc; OBSTFELD, Maurice; KRUGMAN, Paul. International Economics: Theory & Policy. 9. ed. Boston: Pearson, 2012.

THE WHITE HOUSE. Fact Sheet: President Donald J. Trump Declares National Emergency to Increase our Competitive Edge, Protect our Sovereignty, and Strengthen our National and Economic Security. Washington, DC, 2 abr. 2025.

UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE (USTR). Reciprocal Tariff Calculations.

GOLDMAN SACHS. Global Economics Comment: Economic Impacts of Tariff Proposals on USMCA Participants (Briggs/Phillips/Ramos). 02 dez. 2024.